

2012/2013

Gestão da Educação em Vigilância Sanitária Proposições Regionais

© 2013 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Gestão da Educação em Vigilância Sanitária – Proposições Regionais.

Diretor-Presidente

Dirceu Brás Aparecido Barbano

Diretores

Jaime Cesar de Moura Oliveira

José Agenor Álvares da Silva

Adjunto de Diretor-Presidente

Luiz Roberto Klassmann

Adjuntos de Diretores

Luciana Shimizu Takara

Neilton Araújo de Oliveira

Núcleo de Educação, Pesquisa e Conhecimento – Nepec

Coordenação Editorial

Daniella Guimarães de Araújo – Chefe do Nepec

Fernando Viga Magalhães – Chefe da Unidade de Gestão da Educação – Unige/Nepec

Colaboradores – Alice Alves de Souza•Ana Júlia Calazans•Larissa Baldez Campos de Souza• Pablo Gomes•Patrícia Laboisserie Moreira

Revisão – Rosaura Hexsel

Editores – Rosaura Hexsel•Stephani Cangerana

e-mail – nepec@anvisa.gov.br

Informações – (61) 3462 4038/4049

Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária	15
Eixos que nortearam as discussões regionais	21
Proposições – I Gestão da Educação em Vigilância Sanitária	
– Região Centro-Oeste	25
– Região Nordeste	26
– Região Norte	28
– Região Sudeste.....	30
– Região Sul.....	32
Proposições – II Modelo de Organização das Ações Educacionais	
– Região Centro-Oeste	37
– Região Nordeste	39
– Região Norte	40
– Região Sudeste.....	42
– Região Sul.....	44
Proposições – III Gestão do Trabalho	
– Região Centro-Oeste	49
– Região Nordeste	50
– Região Norte	51
– Região Sudeste.....	52
– Região Sul.....	53
Proposições – IV Processos Educacionais	
– Região Centro-Oeste	57
– Região Nordeste	60
– Região Norte	62
– Região Sudeste.....	64
– Região Sul.....	67
Considerações finais	71
Anexo 1 – Rota das Oficinas.....	75
Anexo 2 – Participantes	77

Apresentação

Este documento reúne, de forma consolidada, as proposições regionais para a gestão da educação em vigilância sanitária tendo como fio condutor das discussões as Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária, consoantes à Política de Educação Permanente em Saúde do Sistema Único de Saúde.

A publicação retrata o trabalho realizado pelos grupos a partir do desenvolvimento de oficinas regionais, chamadas Estratégias Integradas para Educação em Vigilância Sanitária, promovidas ao longo de 2012. Esses encontros propiciaram a composição de um panorama nacional das ações educacionais em vigilância sanitária, ao tempo que apontaram caminhos para possíveis mudanças.

As proposições, aqui consolidadas, incluem ações, atividades, estratégias e mesmo algumas diretrizes que consideram a competência de cada uma das três esferas de governo, que poderá ser facilmente identificada pelo leitor. Acrescenta-se, ainda, que em muitos estados algumas proposições, sugeridas ou debatidas durante o evento, já estão em curso.

As informações oferecidas neste documento contêm, em sua essência, as linhas norteadoras da ação educativa em vigilância sanitária e, potencialmente, poderão subsidiar a construção de planos, programas e projetos de educação em saúde, direcionados tanto para os profissionais de vigilância sanitária quanto para a população, considerando os vários segmentos da sociedade.

Daniella Guimarães de Araújo
Chefe do Nepec|Anvisa

Fernando Antônio Viga Magalhães
Chefe da Unige/Nepec|Anvisa

Brasília, julho de 2013.

Introdução

O Núcleo de Educação, Pesquisa e Conhecimento (Nepec), considerando a necessidade de fomentar e buscar soluções para a educação em vigilância sanitária em todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) realizou, em 2012, seis oficinas intituladas Estratégias Integradas para Educação em Vigilância Sanitária, nas cinco regiões brasileiras.

As discussões e os trabalhos realizados tiveram como eixo mobilizador as Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária (pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, em outubro de 2011), consoantes à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), do Ministério da Saúde.

As atividades fazem parte das ações relacionadas ao Planejamento Estratégico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estão alinhadas à iniciativa de fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Para a realização dos trabalhos foram convidadas as representações de instituições de ensino e pesquisa, de estados e municípios, que colaboraram na efetivação de parcerias, em conformidade com os princípios e diretrizes da Educação Permanente em Saúde e com as novas tecnologias educacionais.

Participaram dessas oficinas, também, os profissionais da Anvisa e das vigilâncias sanitárias de estados e de municípios; dos Laboratórios de Saúde Pública (Lacens); representantes do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) e universidades; da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação, do Ministério da Saúde, e dos conselhos de saúde; e integrantes da Câmara Técnica de Pesquisa e Educação (Catepe), da Anvisa.

Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária

**I- Gestão da Educação em Vigilância
Sanitária**

**II – Modelo de Organização das Ações
Educativas**

III - Gestão do Trabalho

IV – Processos Educativos

Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária

A Anvisa, reconhecendo a necessidade de harmonização da gestão da educação no âmbito da vigilância sanitária em sintonia com as demais áreas do Sistema Único de Saúde (SUS), elaborou as [Diretrizes de Gestão da Educação em Vigilância Sanitária](#), organizadas em quatro eixos, as quais foram pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em outubro de 2011.

As diretrizes têm por objetivo orientar essa harmonização para ações de proteção à saúde e intervenção quando existe risco sanitário, além de tornar a formação profissional em vigilância sanitária ainda mais aderente aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando a diversidade e as especificidades regionais do país.

I - GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO SUS

1. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as secretarias estaduais e municipais de saúde, integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), devem adequar suas estruturas organizacionais para realizar, de modo efetivo, a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária.
2. Os três entes federativos do SNVS devem assegurar a implementação da Política de Gestão da Educação articulada à Gestão do Trabalho em vigilância sanitária, sob a coordenação da Anvisa.
3. A programação das ações de vigilância sanitária deve incorporar ações de educação dos profissionais articuladas ao seu trabalho, considerando os instrumentos de planejamento do SUS (Plano de Saúde, Programação e o Relatório de Gestão), nas respectivas esferas de gestão.

4. A Gestão da Educação em Vigilância Sanitária deve considerar as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e as demais políticas públicas com possibilidade de interface.
5. O financiamento da Política de Educação em Vigilância Sanitária deve ser assegurado pelas três esferas de governo e garantir o apoio logístico e organizacional para a execução das ações.

II - MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

1. As ações educacionais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária devem priorizar o risco sanitário, o planejamento de base regional e a concepção de redes de atenção à saúde.
2. A Gestão da Educação deve abranger, também, os trabalhadores dos Laboratórios de Saúde Pública que realizam atividades de vigilância sanitária.
3. A Gestão da Educação deve considerar as políticas de Promoção e Atenção à Saúde em suas interfaces com as ações de vigilância sanitária.
4. A Gestão da Educação deve considerar os sistemas de informação em saúde e aqueles específicos em vigilância sanitária, possibilitando a utilização de indicadores epidemiológicos, assistenciais e outros no planejamento das ações em vigilância sanitária.

III - GESTÃO DO TRABALHO

1. O SNVS, nas três esferas de gestão, deve participar ativamente das discussões sobre a gestão do trabalho, especialmente, no tocante à regularização dos vínculos trabalhistas, Planos de Cargos e Carreiras, Mesas de Negociação e demais temas relacionados.
2. A Gestão da Educação e do Trabalho deve definir o perfil de competência dos trabalhadores de vigilância sanitária, em articulação com as demais áreas técnicas pertinentes.

IV - PROCESSOS EDUCACIONAIS

1. Os processos educacionais em vigilância sanitária devem estar em consonância com os princípios finalísticos e as diretrizes organizacionais do SUS, fomentando o desenvolvimento de competências concernentes às funções sociais da vigilância sanitária.
2. Os processos educacionais em vigilância sanitária devem considerar os princípios da Política de Educação Permanente em Saúde, segundo os quais “o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho”.
3. Os processos educacionais devem priorizar metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com vistas à aprendizagem significativa, valorização das respectivas culturas e espaços de trabalho como *locus* privilegiado para as ações educativas.
4. As estratégias educacionais devem incluir a utilização de ferramentas que promovam a ampliação do acesso à educação em vigilância sanitária.

5. O processo avaliativo deve ser incorporado permanentemente nos programas educacionais de modo a identificar os resultados na prática profissional.
6. Os processos educacionais em vigilância sanitária devem ser priorizados de forma a constituir itinerários formativos que consolidem a construção de conhecimento em vigilância sanitária.
7. Os processos educacionais devem possibilitar a prática da pesquisa em serviço, potencializando a investigação de problemas, considerando a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária (ANPPVISA).
8. A execução da Política de Educação em Vigilância Sanitária deve priorizar as instituições formadoras, considerando a articulação ensino-serviço e a necessidade de aprimorar a prática profissional.
9. Os processos educacionais da vigilância sanitária devem contemplar, também, a sociedade civil e os setores produtivos.

**Eixos que nortearam
as discussões
regionais**

I – GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO SUS

Como a área da vigilância sanitária, nas diferentes instâncias da gestão no SUS (municipal, estadual, regional, federal), pode propor iniciativas ou se integrar às estratégias já existentes na gestão da educação em saúde?

II – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

Como converter possibilidades capazes de qualificar o processo de trabalho da vigilância sanitária, considerando a gestão do risco sanitário, suas especificidades locais e regionais, em novos modelos educativos da política de educação em saúde?

(Considerar o conteúdo do Decreto nº 7.508/2011 (que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, a qual dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa), os sistemas de informação existentes, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Promoção da Saúde.)

III – GESTÃO DO TRABALHO

Como identificar o perfil de competência dos profissionais que atuam em vigilância sanitária, promovendo um debate sobre suas especificidades, articuladas às iniciativas da gestão de pessoas no SUS?

IV – PROCESSOS EDUCACIONAIS

Quais as formas possíveis de articulação e parcerias/cooperações técnicas para desenvolvimento de ações educacionais que podem ser realizadas nos níveis: básico; de graduação; e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*?

Quais tecnologias dispomos para a educação, considerando os princípios da educação permanente?

Como incluir a sociedade nas propostas educacionais?

Que estratégias avaliativas podem ser disponibilizadas?

Como avaliar o processo de implantação das diretrizes em fóruns tripartites?

Como estimular a criação de observatórios de experiências locais?

Como estimular uma rede de experiências de sucesso?

Proposições

I – Gestão da Educação em Vigilância Sanitária

I – GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO SUS

Região Centro-Oeste

- Criar um núcleo ou instâncias correlatas, nas respectivas esferas, que possibilite a Educação Permanente nas instituições para:
 - Garantir que as proposições feitas para a área da vigilância sanitária sejam formuladas juntamente com as instituições de ensino.
 - Articular com as áreas de gestão do trabalho e da educação para o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem o planejamento adequado, considerando as necessidades de qualificação e formação dos profissionais de vigilância sanitária.
- Integrar as áreas técnicas do SUS com a Política de Educação Permanente em Saúde, visando construir coletivamente o Plano de Educação em Saúde, com base nos indicadores de saúde.
- Realizar capacitação pedagógica para os profissionais de vigilância sanitária que irão trabalhar com educação permanente em saúde.
- Analisar as necessidades de formação em termos de indicadores de recursos humanos na qualidade dos serviços.
- Acompanhar, monitorar e avaliar o processo de educação em saúde.
- Sensibilizar o Cosems e Conass, por meio dos gestores das esferas municipal e estadual, para a instituição efetiva das instâncias de pactuação e homologação do Plano de Educação em Saúde.
- Garantir a participação da vigilância sanitária e do Lacen na CIES estadual e regional.

- Fomentar a educação permanente, por meio da análise e do planejamento organizacional (organização de recursos humanos).
- Promover termos de cooperação e convênios com instituições formadoras de ensino superior e técnico, visando à colaboração mútua técnica e científica.
- Estabelecer percentual de recurso financeiro, nas três esferas, específico para educação em vigilância sanitária.
- Criar instrumento efetivo de acompanhamento da aplicação dos recursos para capacitação em Visa nos estados e municípios.
- Participar ativamente da atualização do Censo dos profissionais de vigilância sanitária.

Região Nordeste

- Realizar levantamento sobre a existência, ou não, da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde em todos os municípios do estado, com aplicação de questionário e realização de oficinas.
- Instituir uma estrutura voltada para a educação permanente no âmbito da vigilância sanitária, atendendo as necessidades específicas das regiões de saúde.
- Criar uma rede integrada para profissionais da vigilância sanitária para divulgação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde.
- Rediscutir o processo de trabalho da vigilância sanitária, com vistas à organização das atividades de educação permanente.
- Integrar os sistemas de informação em vigilância sanitária, visando conhecer a realidade do território, para contribuir no planejamento das ações.

- Realizar oficinas de planejamento integrado com as áreas técnicas dos estados e municípios, para pactuar os recursos e cursos destinados à educação permanente em vigilância sanitária.
- Monitorar a aplicação, pelos estados, dos recursos financeiros para educação permanente em vigilância sanitária e o cumprimento do planejamento dessas ações.
- Pautar, nos Colegiados de Gestão Regional, temas relevantes em educação permanente em vigilância sanitária.
- Aproximar a vigilância sanitária das demais áreas da saúde e das propostas de educação das instituições de ensino, em todos os níveis, inclusive os de formação técnica de mão de obra – Sistema S.
- Participar efetivamente da construção do novo Censo Nacional de Trabalhadores da Vigilância Sanitária.
- Recomendar, às instituições de ensino e pesquisa, estudo sobre a formação em vigilância sanitária.
- Atualizar/reactivar Diretório de Conhecimento em Vigilância Sanitária/ DCVISA.
- Estabelecer parcerias para desenvolver as ações na área de vigilância sanitária e educação em saúde (Sistema S e secretarias de Saúde e de Educação).

Região Norte

- Efetivar a participação da Anvisa nas instâncias deliberativas de educação permanente em âmbito federal (ministérios da Saúde e da Educação, entre outros) para propor cursos e outras ações de educação que envolvam a temática da vigilância sanitária.
- Instituir as câmaras técnicas em saúde em conjunto com os colegiados de gestão regional (CIR), pautando a temática da educação sanitária.
- Garantir orçamento e manutenção das ações de educação dos profissionais de vigilância sanitária nos instrumentos de planejamento do SUS (Plano de Saúde e Programação Anual de Saúde).
- Constituir itinerários formativos e propor estratégias de educação, por meio de alianças estratégicas entre a vigilância sanitária, as áreas de gestão da educação e gestão do trabalho, de municípios e estados, e a Anvisa.
- Formar Apoiadores da Política de Educação Permanente na Vigilância Sanitária.
- Estruturar um comitê ou núcleo de integração ensino-serviço, no âmbito das vigilâncias sanitárias estaduais, regionais e municipais, para a gestão da educação em vigilância sanitária, interligando estas estruturas em rede.
- Integrar o comitê ao Colegiado Estadual de Educação Permanente Estadual ou à Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) do SUS.
- Realizar uma oficina da vigilância sanitária com a área de educação permanente.
- Propor ao setor de educação em saúde que consulte as necessidades apresentadas pelos núcleos de educação dos municípios, a partir das escutas com o setor de vigilância sanitária.
- Conscientizar e buscar o comprometimento dos gestores municipais, a partir de pactuação na Comissão Intergestores Regionais (CIR) e Comissão Intergestores

Bipartite (CIB), com a continuidade das ações de educação em saúde programadas.

- Propor, como atividade do Núcleo de Educação em Saúde da Vigilância Sanitária, a responsabilidade em facilitar o entendimento sobre os documentos técnico-políticos da educação permanente.
- Planejar a ação educativa de forma a não restringir a formação só aos servidores efetivos.
- Inserir a vigilância sanitária nas instâncias políticas de educação do SUS.
- Fortalecer e qualificar o Centro de Integração Ensino e Serviço (CIES), promovendo discussões ampliadas, incluindo a temática da vigilância sanitária.
- Identificar as necessidades da vigilância sanitária para formação de cursos.
- Estruturar o processo de trabalho da vigilância sanitária para a construção de estratégias de educação permanente, como as rodas de educação permanente, estudos de caso, estudo das normas, processos informativos/formativos rápidos, redes explicativas de problemas, Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PES) etc.
- Estruturar a rede interna, na vigilância sanitária, de educação permanente em saúde.
- Participar do novo censo para identificação dos profissionais de vigilância sanitária e, por conseguinte, das necessidades formativas do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).
- Inserir o tema vigilância em saúde na formação e capacitação das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), instituições de ensino e cursos.
- Incluir a vigilância sanitária como tema transversal nas escolas de ensino médio e fundamental.
- Capacitar os profissionais da vigilância sanitária em outros temas da saúde.
- Propor a realização de cursos *lato* e *stricto sensu* em vigilância sanitária.

- Inserir o tema da vigilância sanitária na graduação e na pós-graduação, por meio da interlocução com as instituições de ensino superior.
- Criar um observatório no Centro de Integração Ensino e Serviço, para levantar as necessidades de serviço.
- Realizar a estruturação técnica das vigilâncias sanitárias (estaduais e municipais), inserindo um núcleo voltado para a educação.
- Envolver os representantes de conselhos de classe em oficinas de trabalho, seminários, entre outros eventos, promovendo ações educativas para esse público.
- Intensificar a integração da vigilância sanitária com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

Região Sudeste

- Inserir a vigilância sanitária nos espaços de gestão da Política de Educação Permanente em Saúde (câmaras técnicas e Comissões de Integração Ensino-Serviço-CIES).
- Pautar o tema da educação na área de vigilância sanitária nas agendas das câmaras técnicas e das CIES.
- Instituir e fortalecer as CIES em cada Comissão Intergestores Regionais (CIR), conforme preconiza o Plano Diretor de Regionalização (PDR).
- Definir temáticas para CIES (p. ex: promoção e proteção à saúde, segurança alimentar etc.).
- Instituir uma referência dentro da vigilância sanitária local para discutir a educação em vigilância sanitária.

- Criar grupos de trabalho (discussão) intra e intersetorial, para o planejamento integrado de formação/capacitação que remeta suas pautas para os fóruns estaduais/regionais na proposta do Eixo IV.
- Realizar diagnóstico/levantamento de necessidades de formação/capacitação em vigilância em saúde.
- Propor um campo de estágio em vigilância sanitária.
- Realizar seminários de discussão sobre a Política de Educação Permanente em Saúde (PEPS), o Programa de Ensino Tutorial (PET) e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), para promover o alinhamento conceitual.
- Incentivar a realização do novo censo.
- Promover a articulação com os demais setores da saúde no intuito de integrar a vigilância sanitária às discussões.
- Criar espaços protegidos (próprios e específicos) para discussão sobre os processos de trabalho.
- Pensar e identificar novos conteúdos teóricos e práticos na instrumentalização operativa de uma nova prática.
- Criar processos dialógicos entre as vigilâncias (epidemiológica, em saúde, sanitária, saúde do trabalhador), a fim de diminuir a tensão existente entre elas.
- Reorganizar a dinâmica dos processos de trabalho, possibilitando espaços de reunião, sistematização de encontros e formação núcleos (grupos de trabalho/roda de conversa).
- Inserir os profissionais dos Lacens nos processos de formação, considerando suas especificidades e articular as áreas da vigilância sanitária e dos laboratórios, visando à ampliação da qualidade da ação da vigilância sanitária.

- Indicar possibilidades das perspectivas organizacionais (se for o caso, com adequações estruturais) e programáticas.
- Formar grupos de gestão e monitoramento em nível municipal, estadual, regional e federal para identificar as dificuldades no território, em termos de vigilância sanitária, com o objetivo de planejar as capacitações por regional, considerando as necessidades de cada município.
- Estabelecer uma articulação direta entre o Estado e a área de vigilância sanitária, nas diferentes instâncias de gestão do SUS (municipal, estadual, regional, federal).
- Criar uma estrutura de capacitação permanente, a partir da instituição de um núcleo de educação, pesquisa e conhecimento, como parte integrante do serviço de vigilância sanitária nos estados e municípios.
- Promover a integração entre o serviço e as instituições formadoras (universidades, Escolas de Saúde Pública, Escolas Técnicas do SUS), no intuito de capacitar os profissionais da área de vigilância sanitária.
- Desenvolver e acompanhar o processo de educação permanente, a partir da criação do núcleo de educação, pesquisa e conhecimento.
- Identificar e propor um rol mínimo de conhecimentos necessários, em nível técnico e superior, para iniciar o processo de criação de políticas de formação de pessoas na área da vigilância sanitária.
- Articular com o Ministério da Educação (MEC) a inclusão, no currículo acadêmico dos cursos de graduação nas áreas de saúde, engenharia, arquitetura, química, física, entre outros, de disciplinas que considerem o conteúdo de vigilância sanitária.

- Proporcionar, aos profissionais do Ministério Público e dos órgãos de defesa do consumidor, uma visão ampla em relação aos desdobramentos das ações em vigilância sanitária na sociedade civil como um todo.
- Captar recursos financeiros externos para a produção de filmes, vídeos, entre outros materiais audiovisuais, para dar suporte às ações educativas.

Proposições

II – Modelo de Organização das Ações Educativas

II – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

Região Centro-Oeste

- Definir, claramente, o escopo de formação baseada no contexto sociocultural e ambiental, bem como o mapeamento dos riscos e vulnerabilidades inerentes.
- Garantir que os processos de formação dos profissionais de vigilância sanitária estejam articulados aos problemas vivenciados no território e fronteiras (com base nos sistemas de informação em saúde e aqueles específicos em vigilância sanitária), e em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde.
- Identificar os riscos sanitários, conhecendo o território e o cenário regional e o diagnóstico epidemiológico, utilizando o mapa da saúde.
- Fortalecer o ensino e as pesquisas, otimizando os Sistemas de Informação da Anvisa, do Ministério da Saúde e os locais.
- Estabelecer a integração das áreas afins e atores envolvidos, tais como o Lacen, Atenção Básica, órgãos da agricultura e pecuária, nos três entes da federação, com as outras vigilâncias, a educação, as associações e movimentos sociais, entre outros.
- Criar um programa de residência multiprofissional em vigilância sanitária e/ou vigilância em saúde.
- Fomentar a discussão com o Comitê Técnico Interministerial – Ministério da Educação e Ministério da Saúde – sobre a inserção, nos cursos de formação da saúde, da temática vigilância sanitária e Lacen.

- Inserir os profissionais dos laboratórios de saúde pública nas capacitações de vigilância sanitária, com intuito de trocar experiências e conhecimento técnico científico, por meio da integração na programação de qualificação.
- Promover a qualificação básica em vigilância em saúde, aos trabalhadores de vigilância sanitária e do Lacen, considerando, além da temática específica, o entendimento sobre o SUS, seus princípios e diretrizes.
- Estabelecer uma interlocução com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde (SGTES/MS), com o objetivo de integrar os conteúdos pertinentes à vigilância sanitária nas estratégias educacionais do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), Programa de Educação para o Trabalho (PET) – da Vigilância em Saúde – e do projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VerSUS).
- Fomentar pesquisas tendo, por foco, as redes, as prioridades da vigilância sanitária e as necessidades locais, por meio da articulação com as fundações de pesquisa, para que os editais atendam as linhas de pesquisa das redes já existentes; e pela promoção de trabalhos de conclusão de curso, com projetos aplicados à realidade local.
- Promover a articulação com as secretarias municipais e estadual de educação para conscientizar sobre o processo de vigilância em saúde, por meio de palestras, distribuição de material informativo, implantação do Educavisa e de outras atividades educacionais.
- Desenvolver cursos de “validação de metodologias analíticas e ensaios laboratoriais” de acordo com o protocolo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- Alimentar e divulgar o Diretório de Conhecimento em Vigilância Sanitária (DCVISA).

Região Nordeste

- Mapear as necessidades da região para trabalhar a ação de vigilância sanitária de forma integral e intersetorial (Ex: dados do Sinitox).
- Integrar a formação dos profissionais de vigilância sanitária com a Atenção Básica, considerando o risco sanitário.
- Criar instrumentos de priorização do risco sanitário, objetivando a adequação às práticas profissionais.
- Realizar planejamento integrado às demais áreas da saúde, com base nos riscos sanitários e na análise de situação de saúde em determinado território.
- Atuar, de modo integrado – na perspectiva do ensino e serviço – no planejamento das ações de educação, para atender as necessidades locais e regionais.
- Desenvolver planos regionais de capacitação de acordo com a especificidade da região, utilizando as instituições de ensino locais.
- Incorporar conteúdos de vigilância sanitária nas ações educativas dirigidas aos demais profissionais das redes de atenção e laboratórios de saúde pública.
- Estabelecer critérios adequados para a alocação de recursos, tendo em vista a natureza do processo de trabalho da vigilância sanitária, considerando as especificidades regionais.
- Utilizar os sistemas de informação em vigilância sanitária, visando conhecer a realidade do território e contribuir para o planejamento das ações de educação permanente (Ex: Sinavisa, Notivisa etc).
- Criar a residência em vigilância sanitária.

- Proporcionar a participação efetiva dos profissionais dos Laboratórios de Saúde Pública (Lacens), dos estados e municípios, nos processos educacionais em vigilância sanitária.
- Construir o itinerário formativo para o trabalhador de vigilância sanitária, articulando as necessidades locais e regionais, propiciando a autonomia dos sujeitos.
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação (tele-saúde, videoconferência, teleconferência, arte educação) para melhorar o conhecimento em vigilância sanitária.
- Estabelecer indicadores em vigilância sanitária por meio de pesquisas, monitoramentos dos resultados do Lacen – estadual e municipal – e das ações de vigilância sanitária (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIA/SUS etc.), para potencializar os efeitos das ações educacionais.
- Realizar eventos regionais (seminários, fóruns, entre outros) para o compartilhamento de experiências de sucesso em vigilância sanitária.

Região Norte

- Reconhecer a realidade da vigilância sanitária local, identificando o propósito da vigilância sanitária, o foco da necessidade e a priorização do risco sanitário.
- Identificar o risco sanitário de maneira a facilitar a intervenção sobre o objeto de atuação.
- Resgatar o Diretório de Conhecimento em Vigilância Sanitária (DCVISA) como ferramenta para troca de experiências, relatos, pesquisas, currículos e outras ações de interface entre os atores de interesse e as vigilâncias sanitárias.

- Preservar os princípios e políticas do SUS no processo formativo, observando a regionalização e as redes de atenção em saúde como estruturas básicas e locais de saúde.
- Formar os profissionais da vigilância sanitária voltados para a realidade local e especificidades regionais.
- Considerar que o processo de formação deve ser regionalizado.
- Atentar para que o currículo formativo considere, necessariamente, as competências legais, a programação e o planejamento estabelecidos.
- Criar um programa sequenciado de formação em que um nível integre outro, com certificação conformada à progressão no curso (Aperfeiçoamentos -> Especialização) adequando o modelo existente (Especialização) a um processo/modelo “mais rápido” de aperfeiçoamento profissional.
- Orientar as instituições formativas, contando com a participação do gestor de saúde no direcionamento das demandas de qualificação e no financiamento do processo formativo.
- Realizar o mapeamento dos cursos de formação em vigilância sanitária promovidos pela Anvisa.
- Transformar as experiências oriundas dos trabalhos em vigilância em ações educativas.
- Promover capacitações integradas (vigilância em saúde / atenção primária / laboratórios), estimulando parcerias.
- Articular fontes de financiamento para pesquisa (Programa de Pesquisa para o SUS e Fundações de Amparo à Pesquisa).
- Rever os documentos (instrumentos padrão), que possibilitem melhor visibilidade e viabilização do trabalho da vigilância sanitária.
- Divulgar trabalhos das universidades referentes às situações de risco a que a população encontra-se exposta.

- Fazer uso dos meios de comunicação/tecnologias disponíveis (blogs, sites) no sentido de divulgar o trabalho da vigilância sanitária para alertar a população sobre riscos e agravos à saúde.
- Possibilitar a capacitação dos profissionais da vigilância sanitária, com relação às situações de risco.
- Elaborar Plano Integrado das Ações da Vigilância Sanitária na Educação Permanente em Saúde.
- Utilizar o dia de Mobilização Nacional da Vigilância Sanitária (30 de Novembro) para apresentação das ações sanitárias realizadas nas três esferas de governo.
- Interligar as vigilâncias sanitárias à atenção básica e ao PSF.

Região Sudeste

- Considerar o perfil epidemiológico e o território (ambiente social, cultural e econômico) para organizar a demanda de formação profissional para os trabalhadores, objetivando modificar positivamente o cenário que sofrerá a intervenção.
- Inserir temas que permitam a identificação, gerenciamento e comunicação do risco na formação dos profissionais da vigilância sanitária, dos laboratórios de saúde pública e das áreas afins, com vistas a constituir um corpo profissional gestor do risco.
- Formar profissionais de vigilância sanitária hábeis em mapear os riscos (potenciais) latentes e encobertos, como também utilizar as informações disponíveis no sistema de saúde, gerando uma “expertise” para o reconhecimento dos riscos de agravos à saúde.

- Qualificar profissionais da vigilância sanitária, em processos de trabalho com interface com as demais áreas da saúde, formando um gestor do risco capaz de avaliar, gerenciar, dimensionar e comunicar o risco de agravos relacionados aos processos de trabalho identificados.
- Inserir o tema vigilância sanitária (gestão do risco na sua identificação e gerenciamento) no conteúdo programático nos temas tratados na formação dos profissionais da saúde e áreas afins.
- Utilizar o DCVISA como espaço de conhecimento e comunicação.
- Construir coletivamente o Plano de Educação em Vigilância Sanitária, inserindo o conhecimento específico da área articulado com: o Lacen, as redes, Setor de Informação em Saúde, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), vigilância em saúde, dentre outros, tendo como base o reconhecimento do território, levantamento e entendimento do risco, compreensão da sua complexidade, utilização dos sistemas de informação existentes.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino instaladas, para inclusão ou utilização de metodologias de aprendizagem ativas existentes na formação dos profissionais do serviço.
- Promover o esclarecimento conceitual dos diferentes termos – capacitação, treinamento, educação continuada, educação permanente e formação – com objetivo de melhor planejamento da qualificação dos trabalhadores.
- Trabalhar o referencial teórico que fundamenta a educação permanente em saúde, por meio da adequação dos processos formativos à realidade do cotidiano das práticas, para então transformá-las.
- Promover a construção de processos formativos de trabalhadores de saúde de forma mais abrangente, identificando os campos de atuação pelas competências.
- Investir na formação pedagógica dos trabalhadores de vigilância sanitária que propõem e que ministram as capacitações.

- Estabelecer parcerias entre as vigilâncias sanitárias e as escolas técnicas de forma que as vigilâncias sanitárias possam demandar cursos de formação.
- Estabelecer parcerias entre as vigilâncias sanitárias e as instituições de ensino (nível técnico e de pós-graduação) para desenhar processos/projetos pedagógicos capazes de transformar a prática dos trabalhadores, aproximando-os da realidade.

Região Sul

- Conhecer os sistemas de informação existentes.
- Apropriar-se do teor da Política Nacional de Promoção da Saúde.
- Estabelecer critérios para qualificar o processo de trabalho da vigilância sanitária e da educação, considerando a gestão de risco sanitário, sua especificidade local ou regional.
- Criar modelo que contemple o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das ações educacionais, direcionadas tanto aos técnicos quanto à população, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental da região.
- Formular o planejamento a partir do diagnóstico das necessidades regionais em relação às ações educacionais em vigilância sanitária, priorizando o gerenciamento do risco sanitário.
- Revisar a legislação baseada no risco sanitário (ao qual a população está exposta), analisar quais os riscos sanitários que existem nos municípios e estados (indústrias químicas, farmacêuticas, de alimentos, dentre outros) e determinar quais os profissionais necessários (em nível técnico e superior), para atuar nessa

área e o que será preciso para melhorar essa equipe, considerando a multidisciplinaridade e a complexidade do trabalho.

- Estabelecer parcerias com instituições formadoras para desenvolver novas práticas didático-pedagógicas, contando com essa cooperação técnica para a formação de multiplicadores do conhecimento e para a realização de pesquisas na área, para o embasamento científico das práticas em vigilância sanitária.
- Acompanhar, monitorar e avaliar, sistematicamente, os cursos oferecidos para os servidores, visando a educação permanente desses profissionais.

Proposições

III – Gestão do Trabalho

III – GESTÃO DO TRABALHO

Região Centro-Oeste

- Estabelecer políticas educacionais para a vigilância sanitária, contemplando estratégias de formação inicial para os profissionais que ingressarem no serviço (Curso Básico de Vigilância Sanitária), abordando conteúdos que privilegiem os três pilares do conhecimento (saber fazer, saber ser, saber conhecer) e uso de metodologias ativas de processo de ensino-aprendizagem.
- Assegurar a realização de concurso público para o ingresso na carreira com formação técnica e/ou universitária.
- Estabelecer exigências mínimas de conhecimento específico à atividade de vigilância sanitária, nos editais de concurso público.
- Estimular a criação de grupo de discussão de trabalhadores, representantes das três esferas de governo (tripartite), para aprofundar a discussão tanto do perfil quanto da valorização do trabalhador de vigilância e do profissional do Lacen, culminando na criação de uma carreira específica da vigilância sanitária, consonante às políticas do SUS.
- Estabelecer uma política de estabilidade e valorização profissional, com plano de cargo e carreira, com salários compatíveis à função, considerando a dedicação exclusiva.

Região Nordeste

- Criar comissão na forma tripartite sob a coordenação da Anvisa, coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), para a discussão e a elaboração de um projeto que crie a carreira de vigilância sanitária para todos estados e municípios, incluindo os profissionais do componente laboratorial da vigilância sanitária, tendo em vista a exigência da dedicação exclusiva e a especificidade da atividade.
- Definir políticas a partir do novo Censo Nacional de Trabalhadores em Vigilância Sanitária.
- Elaborar pesquisa para conhecer o trabalhador de vigilância sanitária, por meio da sua percepção do objeto de trabalho, da compreensão do seu papel como agente social, da visão da sociedade sobre sua área de trabalho, do reconhecimento das necessidades do resultado do seu trabalho, dos modos de se relacionar com os demais entes do sistema, inclusive o sócio-político-econômico.
- Estabelecer a vinculação do profissional, após a formação realizada em vigilância sanitária, de forma que haja aplicação e disseminação do conhecimento nos serviços.
- Identificar e valorizar o perfil dos profissionais de vigilância sanitária, da seguinte forma:
 - Pautando a vigilância sanitária na mesa de negociação do SUS (municipal e estadual), fundamentado na especificidade.
 - Formando comissão com as três esferas de governo para discussão e acompanhamento das necessidades dos profissionais de vigilância sanitária.
 - Buscando mecanismos que assegurem que as decisões das inspeções sanitárias sejam aceitas pelos gestores.

- Promover debates sobre a natureza singular do processo de trabalho da vigilância sanitária, no campo da saúde, com objetivo de fundamentar a sua importância.
- Inserir nos processos formativos temas relacionados à gestão do trabalho.
- Realizar curso de capacitação em ações básicas de vigilância sanitária (no mínimo de 60 horas), elaborado por instituição de referência, como requisito de admissão funcional nos concursos públicos para técnicos da vigilância sanitária.
- Instituir um grupo que desenvolva oficinas, em conjunto com os profissionais da vigilância sanitária, da gestão do trabalho e das instituições de ensino, para discutir o perfil das competências.

Região Norte

- Ampliar os mecanismos de participação das Visas para elaboração das Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC's).
- Realizar um novo Censo para conhecer o perfil da força de trabalho de Visa.
- Constituir uma comissão tripartite para definir competências dos profissionais de Visa, submetendo o resultado do trabalho à consulta pública.
- Estabelecer o perfil mínimo do profissional de Visa.
- Manter atualizado e fortalecer o Diretório de Conhecimento em Vigilância Sanitária – DCVISA.
- Divulgar e defender a aplicação das diretrizes do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS-SUS) na formulação dos PCCS-SUS de estados e municípios.
- Definir as competências do profissional de vigilância sanitária, adequando as necessidades locais em consonância com as diretrizes nacionais do PCCS-SUS.

- Garantir que os editais de concursos públicos considerem, no perfil para o cargo em vigilância sanitária, as competências e experiências adquiridas no trabalho.
- Definir os cargos e competências dos profissionais da vigilância sanitária, incluindo os trabalhadores dos laboratórios de saúde pública.
- Ofertar cursos técnicos em vigilância em saúde pela Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), IES e outras instituições formadoras.
- Inserir o perfil do profissional de vigilância sanitária no Código Brasileiro de Ocupação (CBO).
- Assegurar que a remuneração seja compatível com a dedicação exclusiva dos profissionais da vigilância sanitária, em todos os níveis de gestão (municipal, estadual e federal).
- Elaborar um estudo para definir os parâmetros para a estruturação da equipe mínima de vigilância sanitária para atuar nos municípios.

Região Sudeste

- Definir uma equipe para vigilância sanitária, inserindo os laboratórios de saúde pública, além das outras necessárias para as ações da vigilância sanitária (exemplo: as escolas de saúde), compatível com as necessidades locais e regionais, amparada por parâmetros sociais, econômicos, culturais e ambientais.
- Reconhecer\definir a habilidade, a aptidão do servidor, para fornecer o conhecimento necessário para melhor aproveitamento, considerando: o exercício das políticas públicas de saúde integradas a outras áreas; a atuação nos princípios da saúde coletiva; o gerenciamento e comunicação do risco; a identificação de métodos de controle; a atuação na mediação de conflitos; a atuação em

diferentes bases operacionais: sistema de informação; noções de informática (Excel, Word); e as técnicas de planejamento e organização do trabalho.

- Criar sistema de gerenciamento que permita identificar as capacitações ofertadas, as habilidades desenvolvidas (por meio dos resultados alcançados por treinando), com vistas a gerenciar as competências.
- Estruturar o plano de carreira observando a necessidade de vinculação.
- Estabelecer equipe mínima de vigilância sanitária por perfil de município/nº de habitantes.
- Criação de comissão para discussão representativa das três esferas de governo, sob a coordenação federal, para discutir o perfil de competência dos trabalhadores em vigilância sanitária.
- Inserção da “profissão” (Curso Técnico de Vigilância em Saúde) no Código Brasileiro de Ocupação (CBO).
- Produzir roteiros investigativos por meio de conversas com os profissionais, para levantamento do que está faltando na sua prática em serviço.

Região Sul

- Analisar as necessidades do serviço como um todo, nas três esferas de poder.
- Realizar concurso público, detalhando, em edital, o perfil profissional necessário para atender as atividades específicas da vigilância sanitária.
- Promover a capacitação dos profissionais selecionados dentro das suas respectivas áreas de atuação.
- Garantir ao servidor os instrumentos de trabalho adequados para que possa exercer as suas funções com maior destreza e precisão.

Proposições

IV – Processos Educacionais

IV – PROCESSOS EDUCACIONAIS

Região Centro-Oeste

- Elaborar cursos de qualificação pedagógica para os profissionais de vigilância sanitária que atuam como formadores/multiplicadores nas IES, em especial os docentes que atuam nas ETSUS, conforme dispõe a portaria nº 1.996/2007 que institui a política de EPS.
- Promover parcerias com as instituições formadoras e juntas construir metodologias ativas de aprendizagem, voltadas para os indicadores das necessidades de vigilância em saúde.
- Estimular a pesquisa como fonte de conhecimento e divulgação das informações da vigilância sanitária.
- Criar indicadores que permitam a avaliação do trabalho da vigilância sanitária que possibilitem a realização de planejamento estratégico para a área.
- Estimular a participação na abertura de editais específicos, por meio das fundações de amparo à pesquisa nos estados, do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), do Ministério da Saúde, e do Observatório de Recursos Humanos em Saúde.
- Ampliar o acesso dos trabalhadores de vigilância sanitária aos cursos de formação, priorizando a modalidade de educação a distância (EAD), buscando parcerias com instituições de ensino.

Curso básico

→ Viabilizar a execução do curso básico em vigilância sanitária, sendo obrigatório para o ingresso na carreira.

Cursos técnicos

→ Estimular a formação do técnico em vigilância em saúde com a participação efetiva dos serviços de vigilância sanitária nas discussões político-pedagógicas e estratégias de desenvolvimento do curso.

→ Criar um curso de especialização pós-técnico ou pós-médio nas áreas indicadas pelo perfil de competência dos profissionais da vigilância sanitária.

Cursos de graduação

→ Assegurar e aprofundar a temática da vigilância sanitária na grade curricular, na teoria e na prática, em cursos da área da saúde.

→ Criar e/ou aprimorar o programa de bolsas para estudantes das áreas ligadas à saúde, no ambiente do serviço de vigilância sanitária.

Pós-graduação lato sensu e stricto sensu

→ Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a realização de cursos nas diversas modalidades (especialização, mestrado profissional, doutorado profissional).

Para estimular uma rede de experiências bem-sucedidas entre municípios, regiões e estados.

- Propor a realização de dois encontros, sendo um regional e outro nacional, para a apresentação e trocas das experiências.
- Proporcionar a participação dos trabalhadores da vigilância sanitária nos simpósios brasileiros da área, possibilitando a interação dos profissionais e trocas de experiências.

- Promover fóruns, seminários, entre outros, articulando as experiências positivas, fomentando o papel social da vigilância sanitária.
- Estimular a produção científica, para publicação na revista *Visa em Debate – Sociedade, Ciência e Tecnologia*.
- Criar ou aprimorar a estrutura de bases de referências para consultas e estudos dos trabalhadores da vigilância sanitária, extensiva à sociedade.

Como incluir a sociedade nas propostas educacionais.

- Buscar e estabelecer a interlocução com os conselhos estadual e municipais, bem como, comitês de mobilização social.
- Fortalecer as parcerias com as instituições de ensino, entidades de classe, associações e outras, em oficinas e mobilizações sociais.
- Promover maior visibilidade das ações da vigilância sanitária, valendo-se dos meios de comunicação social.
- Utilizar canais de comunicação para evidenciar a prevenção e a promoção da saúde, enfatizando o risco sanitário no uso de serviços e bens de consumo.
- Incluir a temática das Diretrizes para a Educação em Vigilância Sanitária, na pauta das discussões do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, instância vinculada ao Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa (DAGEP), do MS, que articula diversos movimentos sociais no campo da saúde, desenvolvendo ações em consonância à Política de Gestão Estratégica Participativa (ParticipaSUS).
- Fortalecer esta interlocução, construindo uma agenda comum.

Região Nordeste

- Articular os atores sociais do quadrilátero da educação permanente (serviço/educação/gestão/comunidade), por meio da construção de cursos descentralizados e da pactuação com gestores municipais.
- Diagnosticar a capacidade regional para a formação em vigilância sanitária, de acordo com a demanda.
- Construir, com as instituições parceiras, os planos de educação permanente em saúde.
- Estimular a participação de profissionais da vigilância sanitária na representação do segmento de trabalhadores de saúde nos conselhos de saúde.
- Garantir a integração da vigilância sanitária com a Comissão Integração Ensino e Serviço.
- Fazer uso das redes sociais para a disseminação de informações de qualidade em vigilância sanitária.
- Utilizar de forma sistemática as tecnologias de educação a distância (EAD).
- Realizar levantamento junto à população sobre suas necessidades.
- Estimular as parcerias, nos processos ensino-serviço, preferencialmente com universidades, centros formadores e institutos de ensino e pesquisas públicos.
- Pautar a vigilância sanitária nas capacitações dos Conselhos de Saúde.
- Inserir os conteúdos de vigilância sanitária nas diretrizes curriculares para formação em saúde (graduação, pós-graduação, educação profissional, Programa de Ensino Tutorial-PET, por exemplo), de forma transversal.
- Valer-se das instituições formadoras como Escolas Técnicas do SUS/ETSUS, Escolas de Saúde Pública/ESP e universidades, para o desenvolvimento de ações educativas em vigilância sanitária.

- Incluir a especialização e o pós-técnico na formação profissional.
- Utilizar a arte-educação e as rodas de conversa como formas de ensino, especialmente para a comunidade.
- Criar a Rede de Vigilância Sanitária-Redevisa, para incentivo à produção científica e divulgação do conhecimento dos serviços de vigilância sanitária.
- Expandir e fortalecer o projeto Educavisa em articulação com os estados e municípios.
- Elaborar programas educacionais para a população sobre as ações da vigilância sanitária, para o fortalecimento do controle social e desmistificação do trabalho em vigilância sanitária.
- Inserir nas instituições de ensino, os movimentos sociais nos processos pedagógicos para a troca de experiências.
- Introduzir as ações educacionais de vigilância sanitária em espaços populares.
- Criar cursos de metodologia científica para a redação de trabalhos na área de vigilância sanitária.
- Promover jornadas regionais de vigilância sanitária (processo preparatório para o Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária – Simbravisa).
- Inserir em outros eventos técnico-científicos, além do Simbravisa, a Vigilância Sanitária como eixo temático.
- Estimular a sistematização de experiências bem-sucedidas relacionadas às ações educacionais.
- Utilizar o portal da Anvisa para divulgar as experiências bem-sucedidas em vigilância sanitária.
- Divulgar para a sociedade as ações de vigilância sanitária, utilizando os meios de comunicação de massa e alternativos.

Região Norte

- Resgatar o DCVISA como ferramenta para troca de experiências, relatos, pesquisas, currículos e outras ações de interface entre os atores de interesse e as vigilâncias sanitárias.
- Elaboração de material (CD, DVD e material gráfico) para divulgar o papel e as ações de vigilância sanitária junto às escolas de formação em saúde.
- Adotar o projeto Educavisa: educação em vigilância sanitária, da Anvisa, como uma ferramenta de promoção da educação sanitária no ambiente escolar.
- Incentivar as Instituições de Ensino Superior (IES) para desenvolver pesquisas, em parceria com as vigilâncias sanitárias, com a possibilidade de oferta de vagas nos cursos (graduação e pós-graduação).
- Privilegiar a formação de profissionais de vigilância sanitária e atuar prioritariamente na formação inicial e técnica (cursos técnicos em vigilância em saúde) e nas especializações e/ou qualificações de nível técnico (pós-técnico) e de nível superior.
- Orientar as instituições formativas a partir da participação do gestor de saúde na orientação de demandas de qualificação e no financiamento do processo formativo.
- Financiar a formação dos profissionais de vigilância sanitária a partir do emprego do recurso específico (Piso Variável de Visa - gestão de pessoas em vigilância sanitária para execução da política de educação permanente), transferido fundo a fundo para os estados.
- Garantir a vigilância sanitária como campo de estágio.
- Fomentar o financiamento para extensões universitárias.

- Estabelecer prioritariamente parcerias com as ETSUS, institutos federais, Sistema 3S e Escolas de Saúde Pública como pontos focais de formação de profissionais de vigilância sanitária.
- Priorizar a pauta de formação de profissionais de vigilância sanitária na CIES.
- Estabelecer o Simbravisa como um espaço de diálogo entre a vigilância sanitária e a sociedade.
- Dialogar com os sindicatos, associações, conselhos de saúde entre outros, sobre as ações de vigilância sanitária.
- Incentivar a produção de trabalhos e artigos científicos relacionados à vigilância sanitária, para publicação na Revista Vigilância Sanitária em Debate – Ciência, Sociedade e Tecnologia, editada pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
- Utilizar os canais e publicações da RETSUS para a divulgação de trabalhos e artigos científicos em vigilância sanitária.
- Aproximar as vigilâncias sanitárias às instâncias formadoras.
- Possibilitar que técnicos da vigilância sanitária se tornem docentes nas ETSUS.
- Propor a ampliação da grade curricular dos cursos de graduação nas áreas da saúde, com a inserção da temática da vigilância sanitária.
- Criar cursos de vigilância sanitária na modalidade de educação a distância (EAD).
- Estimular o estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais e estaduais de Saúde e as unidades formadoras para a criação de cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu*) em vigilância sanitária.
- Criar curso básico de vigilância sanitária, nos moldes do Curso Básico de Vigilância Epidemiológica (CBVE).

Região Sudeste

- Comunicar aos conselhos de classe as irregularidades observadas nas ações de vigilância sanitária, estabelecendo vias de comunicação.
- Criar salas de situação e rodas de educação permanente em saúde, para discussão dos processos de trabalho e nós críticos.
- Proporcionar formação básica em vigilância sanitária, a todos os profissionais, antes do início de suas atividades.
- Propor as diretrizes curriculares básicas nacionais para a formação em vigilância sanitária.

Cursos básicos

→ Incluir na matriz curricular de formação de agentes comunitários a temática de vigilância sanitária.

Mobilizar o Sistema “S” (Senai, Sebrae, Senac, Sesc, Sesi) para inserir o tema da vigilância sanitária na formação dos profissionais atuantes no mercado.

→ Intensificar a participação na CIES.

Cursos técnicos (também Escolas Técnicas do SUS)

→ Mobilizar o Sistema “S” (Senai, Sebrae, Senac, Sesc, Sesi) para inserir o tema da vigilância sanitária na formação dos profissionais atuantes no mercado.

→ Incluir Curso Técnico em Vigilância em Saúde.

→ Intensificar a participação na CIES.

Cursos de graduação

- Intensificar ações de integração com o Ministério da Educação, sinalizando as necessidades de formação para a atuação dos profissionais.
- Intensificar a participação na CIES.
- Inserir o tema vigilância sanitária no conteúdo programático da matriz curricular dos cursos de graduação em saúde e áreas afins.

Pós-graduação (lato e stricto sensu)

- Intensificar ações de integração com o Ministério da Educação sinalizando quais as necessidades de formação para a atuação dos profissionais no território.
- Intensificar a participação na CIES.

Como estimular uma rede de experiências bem-sucedidas entre municípios, regiões e estados.

- Criar seminários temáticos regulares.
- Inserir o tema educação em um fórum já constituído.

Como incluir a sociedade nas propostas educacionais.

- Integrar o Educavisa com a proposta do Programa da Saúde na Escola.
- Estimular a ampliação do Educavisa para outras áreas da vigilância sanitária (alimentos, serviços).
- Acionar os dispositivos da comunicação de massa.
- Disponibilizar informação *online* de estabelecimentos regulares.
- Criar a Semana da Vigilância Sanitária.

- Divulgar e fortalecer as ferramentas existentes (DCVISA – adequação para que haja interface mais amigável com os usuários, Rede de Comunicação – RC) para o compartilhamento de informações, por meio de cadastramento dos servidores das secretarias de saúde.
- Criar núcleo com a participação dos três entes federados para gerenciamento do DCVISA.
- Estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento de ações educacionais.
- Instituir fórum estadual/regional de educação permanente em saúde com participação da academia, sociedade civil organizada, setor produtivo, conselhos de saúde, ONG's.
- Promover a aproximação com as fundações de amparo à pesquisa, para inserção das linhas de pesquisa aplicadas à vigilância sanitária, no PPSUS, enquanto instância do SUS.
- Conhecer experiências que possibilitem a criação de instrumentos legais que permitam a contratação de servidores para participação como facilitadores nos cursos.
- Divulgar a forma de planejamento, alocação e repasse de recursos financeiros destinados à formação profissional, permitindo uma maior transparência e participação das vigilâncias sanitárias locais.
- Reavaliar os conteúdos curriculares dos cursos técnicos de vigilância em saúde, já em andamento, com a participação dos profissionais da vigilância sanitária.

- Promover, nos níveis de educação básica, graduação e pós-graduação *lato e strictu sensu*, a articulação entre as vigilâncias sanitárias – nas três esferas governamentais –, considerando, para tanto, a transversalidade, com os demais serviços de saúde e a intersetorialidade.
- Utilizar a educação a distância (EAD) como ferramenta para um curso básico na área de vigilância sanitária para novos servidores.
- Realizar rodas de conversa e criar de grupos de trabalho, para contribuir na melhoria dos processos de trabalho.
- Monitorar de forma contínua os cursos e as metodologias sugeridas, por meio de indicadores qualitativos e quantitativos, de acordo com a realidade de cada região.
- Promover ações de mobilização social na tentativa envolver a sociedade em ações de vigilância sanitária para a proteção e promoção da saúde pública.
- Discutir e avaliar as ações educativas em dois níveis: local, privilegiando os Conselhos de Saúde, exercendo o controle social sobre essas ações e usando indicadores que serão construídos com esse objetivo; e bipartite, onde serão avaliados os planos de ação dos processos educacionais em vigilância sanitária.
- Garantir o financiamento de cursos que propiciem a educação permanente em saúde, no âmbito da vigilância sanitária.
- Criar observatórios de educação em vigilância sanitária, para partilhar experiências e facilitar o acesso à informação científica e ao conhecimento em saúde, em particular em vigilância sanitária, por meio de parcerias com outras secretarias estaduais e municipais, universidades, Escolas de Saúde Pública, Escolas Técnicas do SUS e entidades de classe.

- Realizar fóruns para apresentação de experiências bem-sucedidas.
- Ampliar a formação dos servidores da vigilância sanitária para atender todas as demandas do serviço.



Considerações

Finais

Ao propor as Oficinas de Estratégias Integradas para a Educação em Vigilância Sanitária, esperava-se como resultado, a partir da discussão sobre as Diretrizes para a Gestão da Educação em Vigilância Sanitária, consoante à Política de Educação Permanente do SUS, a elaboração de um documento consolidado, contendo as proposições para o desenvolvimento de ações de educação em vigilância sanitária para todo o sistema.

Com essa iniciativa, pode-se dizer que o resultado foi além do esperado. Os encontros proporcionaram o fortalecimento de parcerias entre ensino e serviço, considerando a definição de representação local nas Comissões de Integração Ensino e Serviço (CIES); a troca de experiências, entre os representantes de todas as regiões brasileiras; além de conduzir o diálogo para a busca de alternativas de fomento às ações educacionais em vigilância sanitária.

Os resultados colhidos nessa jornada são fruto do trabalho de discussão que envolveu mais de 250 profissionais, ao todo, que participaram das seis oficinas realizadas nas cinco regiões geográficas do Brasil.

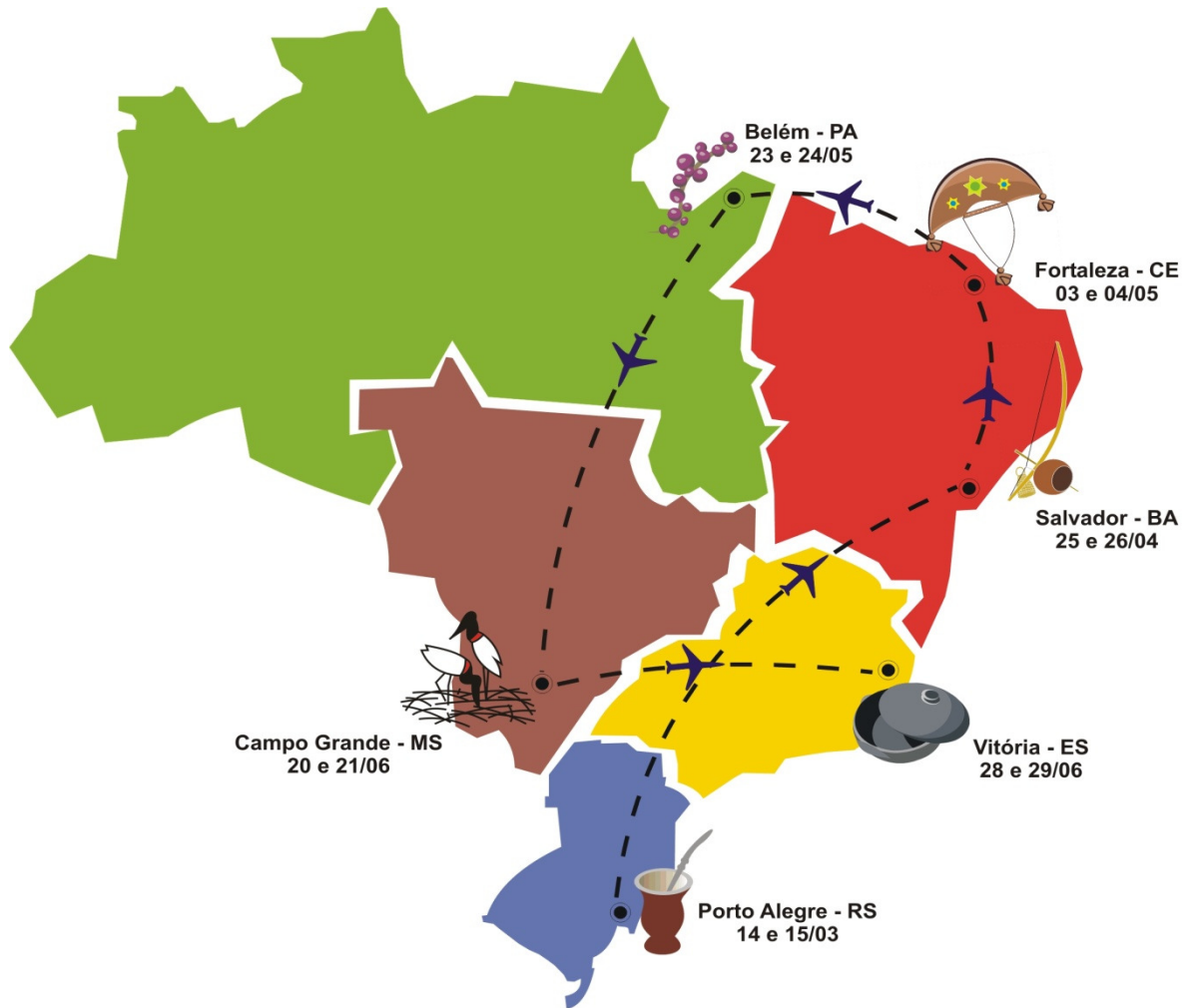
Para efeito de organização de um trabalho dessa envergadura, optou-se por uma publicação específica sobre a temática, considerando, sobretudo, tratar-se de um processo extremamente rico.

Esses fóruns suscitaram – além da expectativa de seus organizadores – um aprofundamento sobre as questões afetas à educação em vigilância sanitária, oferecendo, pela primeira vez, um panorama nacional sobre a situação de como a vigilância sanitária vem lidando com os processos educativos em seu campo de atuação, ao tempo que despertou a construção de um pensar coletivo e integrado sobre como tratar o assunto à luz da Política Nacional de Educação Permanente no SUS.

Anexo 1

Rota das Oficinas

Rota das oficinas



-  Região Norte
-  Região Nordeste
-  Região Centro-Oeste
-  Região Sudeste
-  Região Sul

Anexo 2

Participantes

Oficina Região Sul

Porto Alegre- RS

Data: 14 e 15 de março de 2012

Adelina Mezzau – Farmácia UFSCPA

Adriana Gualdi – DVS/CEVS

Adriana Martins – DVS/CEVS

Alice Alves de Souza – Nepec/ Anvisa

Ana Claudia T. Zanchi – DVS/ CEVS

Ana Figueiredo – Catepe

Ana Júlia Calazans Duarte – INCQS/ Fiocruz

Ana Lucia Nascimento Fonseca – ESPP/ PR

Antônio Candido da S. V. Boas – EVA/CGVS/
POA

Ayres Neto – DVS/CEVS/SES/RS

Bruno Arno Hoennig – SES/CEVS/ Cesuca

Célia F. da Cruz – Lacen/PR

Célia Regina Rodrigues – ESPP/PR

Cira Terezinha Silva Lopes – 10ª CRS/Visa

Cleide Amorim – DVS/ CEVS

Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/Anvisa

Daura Pereira Zardin – CEVS/SMS/ POA

Eduardo Cesar Tordo – ICTA/UFRES

Ethel Resch – Nadav/ Anvisa

Fernando Antônio Viga Magalhães – Unige/
Anvisa

Flávia França – CEVS/Canoas

Gilberto Alves – Lacen/SC

Jeannette Rosangela Urtassum – DVS/CEVS

Júlio C. Colpo – Anvisa

Júlio C. dos Santos – Visa/ Canoas

Júlio César – DVS/CEVS

Jussara de S. Camargo – DVS/ CEVS

Jussara Figueiredo – DVS/CEVS/SES/RS

Keslei G. – DVS/CEVS

Leonor Cristina T. Silveira – DVS/CEVS/ SES

Lúcia Inês – ESP/ CIES

Lúcia N. Fonseca – ESPP/PR

Luciana Kolm – CVPAF-RS/ Anvisa

Marcelo Battesine – UFSM

Maria Antonia Hech – ESP

Maria Aparecida F. – 6ª CRS/Visa

Maria Cecília Brito – DMCB/ Anvisa

Maria de L. Quevedo Gonçalves – CEVS/DVS

Marismary Horst De Seta – Fiocruz

Mariza Ochoa Favarini – CGVS/SMS/ POA

Michel A. Oliveira – DVS/CEVS

Naia Cloé – ESP/ETSUS

Neilton A. Oliveira – DIAGE/ Anvisa

Patrícia Betineli – Secretaria Municipal de
Saúde

Patrícia Laboissiere Moreira – Unige/ Anvisa

Raquel Bittencourt – DVS/ SES/ SC

Raquel Fiori – IPB/ Lacen/RS

Regina Halfen – 17ª CRS/Visa

Rosana A. A. Nunes – EFOS/SC

Rosana Zappe – Visa/ Curitiba

Sâmia Hatem – GGTES/ Anvisa

Silvana Schons – Visa /Montenegro/ RS

Sirlei Famer – CEVS/DVS/FES/ RS
Sônia Pinheiro – CES/SES/RS
Susete L. S. Almeida – DVS/CEVS/SES/RS

Suzana A. Nietiedt – DVS/CEVS/SES/RS
Vera Bacelar – GADIP/Anvisa

Oficina Região Nordeste (1)

Salvador - BA

Data: 25 e 26 de abril de 2012



Adriana Guimarães – Visa/Maceió/AL
Ana Júlia Calazans Duarte – INCQS/ Fiocruz
Andrea Rocha – Agevisa/PB
Angela Figueiroa – Lacen/PE
Antonio de Pádua Pombo – Divisa/SE
Claudia Cavalieri de Moraes – GGALI/Anvisa
Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/ Anvisa
Ediná Costa – ISC/UFBA
Eliana Pinto – Ouvidoria/Anvisa
Fernando Antônio Viga Magalhães – Unige/
Anvisa
Francisco Renê Gondim – CES/AL
Geise Maria Belo – Visa Recife/PE
Gustavo Werneck – Nescon/UFMG
Ianara Acioli – Divisa/AL
Ignes Beatriz – Astec/ Suvisa/BA
Ita de Cácia Aguiar – Divisa/BA
Jacklene Araújo – Visa/SE
Jaime Brito – Visa/PE
José Francimar Veloso – Lacen/PB
Kariny Pinheiro – Lacen/SE
Katia Rezack – Visa Salvador/BA

Larissa Baldez Campos de Souza –
Unige/Anvisa
Leila Cordeiro – GVS/JP/PB
Lígia Maria Vieira – Divisa/SE
Lindinalva Helena Teixeira – Divisa/AL
Marcelo Tizon – IFIBA
Maria Auxiliadora Santos – UNEB/BA
Maria das Graças Hortelio – Divisa/BA
Maria Luiza Lobo – Ouvidoria/ANVISA
Marismary Horst De Seta – Fiocruz
Miriam Gonçalves – Anvisa/BA
Monica Souza de Oliveira – EFTS/BA
Norma Fagundes – GEUFBA
Paulo Bezerra – Divisa/AL
Rita de Cássia Almeida – Visa/Maceió
Sirlei Famer – DVS/SES/RS
Tânia Kátia Mendes – ETS/AL
Telma Pinheiro – Lacen/AL
Vitória Regia S R dos S Pereira – Divisa/BA
Walkíria Bastos – Visa-Arapiraca/AL

Oficina Região Nordeste (2)

Fortaleza - CE

Data: 3 e 4 de maio de 2012

Alexandra C. Branco – Nuvis/CE

Alice Alves de Souza – Nepec/ Anvisa

Alice Pequeno Macêdo – ESP/CE

Ana Júlia Calazans Duarte – INCQS/ Fiocruz

Ana Luisa A. Melo – ESP/CE

Ana Paula C. Ramalho Brilhante –
CGTES/Nuven/CE

Antônia Evaneide de Araújo Lima – Seduc-
PNAE/CE

Carlos Magno de Oliveira – Visa/Natal/ RN

Carmem Sílvia – SMRAD

Cleonice Moreira Cordeiro –
CVSPAF/CE/Anvisa

Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/Anvisa

Edenilo Baltazar Barreira – Cevisa/SMS

Eliana Pinto – Ouvidoria/Anvisa

Everane Macêdo Gomes – Lacen/CE

Fernando Antônio Viga Magalhães – Unige/
Anvisa

Francisca Macedo – Coprom/Sesa/CE

Gabriela Sousa de Araújo – Lacen/PI

Iracilda Santos Silva – Visa/MA

Joana D'arc de Oliveira – Suvisa/ RN

Jorge Luiz de Castro – Sesap/Cefope/RN

José Afrânio P. Pinheiro Jr. – Cosems/CE

José de Ribamar Oliveira Lima – Lacen/MA

Keyla Alves B. Oliveira – Divisa/PI

Larissa Baldez C. de Souza – Unige/ Anvisa

Larissa P. Aguiar – ESP/CE

Laura G. Pinheiro Santiago – Lacen/CE

Maria de Fátima Bastos Nóbrega –
CGTES/Nuven/CE

Maria Helena Motta Pereira – Suvisa/ RN

Milena Lidiane B. de Melo – ESP/CE

Monique P. Gama – CVSPAF/CE/Anvisa

Patrícia de Sousa Vers – ETSUS/MA

Ralfo Medeiros – Lacen/RN

Regina Vale – Visa/CE

Renata Glícia Ferreira – Cevisa/SMS

Rossana Meira – Nuvis/Sesa

Silvana L. N. Araújo – Nuvis/Sesa

Talita Freitas de Lustosa – Seduc-PNAE/CE

Tamara Gonçalves – UFC/FFOE

Tatiana Vieira S. Chaves – Visa/PI

Vitorino Reis Castro – SEVS/MA

Oficina Região Norte

Belém - PA

Data: 23 e 24 de maio de 2012

Adwagner L. Prado – Visa/AC
Aidê Teles de Carvalho – ETSUS/PA
Alberto Soares – CIES/PA
Alexandre Nattiello – Visa/TO
Alexandrita Souto – Visa/RR
Alexsandro B. Ribeiro – Visa/SMS
Álvaro I. De Oliveira – Visa/AC
Amilcar Alfredo Cortes Brizuela – Sespa
Anália R. M. dos Santos – Devisa/FUS/AM
Andreis Vicente Costa – ETSUS/DGES/TO
Angela Faria Pessoa – Cosems/PA
Angelita Mendes – ETSUS/RO
Antônio Carlos da Mata – 4ª CRS/Sespa
Belina Soares – CES/PA
Benedito Jr. Sousa Amorim – Visa/Semusb
Carlicéia Silva de Souza – Visa/PA
Ciciléia C. da Silva – Lacen
Cleber Marques – DVS/PA
Cleudiná A. Dourado – Visa/Altamira
Consuelo Lopes Ferreira – Visa/AP
Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/Anvisa
Daulea de Sena P. Sales – Visa/PA
Denzemi Aires – Visa/5ª CRS
Deuzemir A. de Silva – Visa/5ª CRS
Edson C. da C. Filho – Devisa/Semsa/RB/AC
Eliana Pinto – Ouvidoria/Anvisa
Elidiane S. S. Assis – Visa/Marabá
Eliza Maria C. Sohal – 2ª CRS/Sespa
Fábia Patrícia L. Castro – Visa/Ananindeua
Fernando Antônio Viga Magalhães – Unige/
Anvisa
Hildemar da S. Santos – 8ª CRS
Iraquelma Nascimento – Sespa/DGTES
Jair Donizetti de Oliveira – ETSUS/AP
Jerfeson N. Caldas – CVPAF/AM/Anvisa
João Paulo Martins – Visa/PA
José Julio de Sousa – Visa/Cametá
Kelen Regina Teixeira Silva – 2ª CRS
Klewre B. de Almeida – Visa/RO
Luzia Beatriz R. Bastos – Unama/PA
Madelleyne Soares – Lacen
Magno Fabrício Carneiro – Visa/Castanhal
Mara Lúcia Moraes dos Santos – 9ª
CRS/Sespa/PA
Maria das Graças Guerreiro – Visa/PA
Maria do Carmo Coelho – Anvisa/PA
Maria Helena Cunha Oliveira – Visa/PA
Marina Quintela M. Hessel – Lacen/RR
Mario Luiz Pamplona da Silva – 7ª
CRS/Sespa/PA
Mozart Hira – Ascom/Sespa
Nadia Prata Gordiano – Dvisa/Manaus
Nailda Gomes Pantoja – Lacen/PA
Nanci Aparecida da Silva –
ETSUS/Blumenau/SC
Nery Vital – ESP/MG

Normando Ferreira – Devisa/Sesma
Patrícia Laboissiere Moreira – Unige/ Anvisa
Patrícia Pina – Devisa/Sesma
Paulo Araújo Soares – Visa/ 2ª CRS
Paulo Fernando Pires Bastos – 3ª CRS
Raimundo Nonato Sena – ETSUS/PA/Sespa
Rita de Cassia Franco Carvalho – Sespa/DVS
Ronaldo Alves – Visa/CRS
Sandra Suely da V. Bata – UEPA
Silvana M. F. Teixeira – Visa/TO

Simone Cristina Lobato – Visa/Belém
Suely Silva – DVS/DCOA
Tamara Costa – ETSUS/ETSMMR/AC
Tania Medeiros de Castro Souza – Agevisa
Tereza Regina V. Barreto – Visa/PA
Thelma de Oliveira Araújo – Visa/PA
Tirza Peixoto Matos – Lacen/AM
Vânia de Fátima do Nascimento Cavalcante –
Visa/ Breves



Oficina Região Centro - Oeste

Campo Grande - MS

Data: 20 e 21 de junho de 2012

Alexsandro Mattos – SMS/AJUIS
Aline Schio – Visa/SES/MS
Ana Júlia Calazans Duarte – INCQS/ Fiocruz
Ana Maria Viegas Tristão – Visa/SES/MS
Carolina Lacerda – NRS/Coxim
Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/Anvisa
Denise Fortes – GTSUS/MS
Edgar Oshiro – COES/ESP/MS
Euricléia Azevedo Nogueira – UEMS
Fernando Antônio Viga Magalhães – Unige/
Anvisa
Gilmais Arraes F. Sá – SES/MS
Giselle de Almeida Costa – ESP/MT
Glauce Guimarães de Oliveira Moura –
Visa/SES/MS
Hélvio de Barros Junqueira – Visa/Corumbá

Isabel Cristina F. – Visa/MS
Júlio Augusto Fretes – Visa/MS
Larissa Baldez Campos de Souza – Unige/
Anvisa
Marcelo Adriano – Lacen/MT
Maria Ailza Brandão da Silva – Divisa/DF
Maria Bárbara Helou Rodrigues –
Lacen/SES/GO
Maria Lúcia Rocha Toledo – GTDTA/CEVE/SES
Meire Incarnação Ribeiro Soares – ESAP/GO
Milma Fonseca Corrêa – SES/Visa/NRS/NA
Nádia A. Ximenes – Suvisa/SES/GO
Patrícia Vanuchi – CVISA/SES/MS
Ricardo W. B. Rodrigues – Visa/Goiânia
Roberto Spinosa Vila – ETESB/FEPGES/SES/DF
Saulo Cardoso Silva – Lacen/SUS/DF

Sílvia H. M. Moraes – ETSUS/MS

Sônia Aparecida Viana Câmara –
Lacen/SES/MS

Soraya Solon – UFMS/Saúde

Suely Antonialli – Lacen/SES/MS

Vera Marta F. B. Roder – SES/MT/VISA

Wagner Martins Coelho – Covisa/SMS/Cuiabá



Oficina Região Sudeste

Vitória - ES

Data: 28 e 29 de junho de 2012

Ana Figueiredo – Catepe

Ana Júlia Calazans Duarte – INCQS/ Fiocruz

Ana Luiza S. Gonçalves – SEM/SP

Ana Medeiros – IFES/Vila Velha/ES

Andrea A. Valcuende – Visa-ES

Andressa M. Citeli – Visa (SRSC)/Polatina

Andrey Luis – Sesa/ES

Ângela Lourenço Lopes Rodrigues –
Sesa/Nevs/ES

Arnaldo Levy Lassance Cunha – Subvisa/RJ

Cinthia Freitas Assad – Visa/Vila Velha

Cristiane B. Cano – IAL/Ceial

Dalma Silveira – CVS/SES/SP

Damião Mendonça Vieira – ESP/MG

Daniella Guimaraes de Araújo – Nepec/Anvisa

Denise Mara R. Pedrosa –
Semus/ETSUS/Vitória

Eliana Sodré Fundão – NUEDRH/Sesa

Eriknilson de Souza Pacheco
Ouvidoria/Anvisa

Fernanda Maciel – ESP/MG

Fernando A. Viga Magalhães – Unige/ Anvisa

Flávia A. Mello de Oliveira – Subvisa/SMSDC-RJ

Gabriela de Jesus Paula – Visa/SRSC

Glauce Magalhães Santiago – Lacen/ES

Ilma R. M. Rios – Regional/SM

Larissa Baldez Campos de Souza – Unige/
Anvisa

Lorena Correa de Souza – Visa/ São Mateus/ES

Luciana Pinotti – Sesa/NEVS/Medicamentos

Luiz Cláudio Silva – NUEDRH/Sesa

Mara Machado Guimarães Corradi – Visa/MG

Maria de Lourdes Fernandes M. Machado –
Suvisa/SES-RJ

Maria do Socorro Fernandes – CIB/SESA

Maria Gilda Alves de Oliveira – ETIS-RJ

Marina Vallin Licia Oliveira – Sesa/Lacen

Marizete Silva – Sesa/Nevis

Milton Cabral – Funed/MG

Mônica A. Magalhães - Visa/Vitória

Olga Maria Lima – SES/SUBVPS

Raimunda Isabel – ESP/MG

Renata S. de Souza – UFES/Dep. Enfermagem

Ricardo Antônio Lobo – Covisa/SP

Rivana Fernandes – Sesa/ES

Roberta Figueiredo – NEVS/Vitória

Samia Melo – SGTES/MS

Sandra Solange Coutinho – Lacen/Sesa

Shirlei Ferreira de Aguiar – Lacen/RJ

Silveria Siqueira – Sesa/NEVS

Simone de Oliveira – GGIMP/Anvisa

Solange Loyola – NUEDRH/Sesa

Vanessa Spinasse – Visa/Polatina



